

MST E O DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA (THE MST AND THE AGRARIAN REFORM DISCOURSE)

Andréia CASSIATORRE (PG – UFMS – Câmpus de Três Lagoas)

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o Discurso de Reforma Agrária que compõe o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - contido nos editoriais da *Revista Sem Terra*, utilizando os conceitos da Análise do Discurso francesa.

Palavras-chave: discurso; paráfrase; ideologia; movimento popular; reforma agrária.

Abstract: The goal of this work is to analyse the Agrarian Reform Discourse that to composes the MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – contained in the editorials of the Revista Sem Terra, utilizing the concepts of the French Discourse Analisys.

Keywords: discourse; paraphrase; popular movement; ideology; agrarian reform.

0. Introdução

O MST constitui um movimento popular de massa com objetivos específicos: fazer reforma agrária, lutar pela posse da terra e por uma sociedade mais justa onde “todos” possam exercer seus direitos de cidadãos. Sua luta pela terra não é algo novo na história do Brasil, mas sim a continuidade de lutas camponesas, que seguiam líderes carismáticos, que surgiram no início do século XX.

O Movimento cresceu e adquiriu características e estrutura próprias, organizadas internamente. Em sua longa caminhada pela posse da terra, houve muitos conflitos não só devido às “ocupações”, mas também pela falta de atuação do governo do estado e demais instituições sociais em amenizar os conflitos.

O governo ao deixar de fazer a reforma agrária, “incita” o MST a assumir determinadas posições e atitudes que provocam

debates calorosos tanto a favor quanto contra o movimento, causando um certo incômodo para o Estado, que é a ocupação de terras improdutivas ou griladas. Considerando esses fatos, podemos conceber, enquanto sentido, que o MST representa um movimento político organizado, e que seu discurso é constitutivo de uma prática específica.

1. Perspectiva Teórica

Inscribe-se este trabalho na perspectiva teórica da Análise do Discurso Francesa (AD), porque ela considera o sujeito, a história e a ideologia numa perspectiva que articula o lingüístico e o social.

Não podemos dizer que há discurso sem sujeito, e, tampouco, sujeito sem ideologia (Pêcheux, 1988). É a ideologia que faz com que os sujeitos se constituam. O sujeito, para se constituir e para (se) produzir sentidos, é afetado pela língua e pela história, pois ele só tem acesso a uma parte do que diz, caso contrário, se não se submetesse à língua e à história, não falaria nem, no entanto, produziria sentidos (Orlandi, 2001: 48-9). Assim, podemos considerar que o sujeito se relaciona com a história, com os sentidos, com a memória, com a ideologia e com a língua para produzir o dizer.

O sentido aparece-nos como evidência (Orlandi, 2001:46), como se ele já estivesse sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-o no grau zero. Isso faz com que uma palavra designe algo em determinada circunstância. As palavras recebem seus sentidos a partir de suas respectivas formações discursivas. Portanto, os sentidos não são esgotados de imediato.

Foucault (1995: 135) concebe o discurso como “um conjunto de enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”.

A formação discursiva se constrói através de uma memória chamada *memória discursiva* (Courtine, 1995). A toda formação discursiva é associada uma memória discursiva, que é constituída de formulações e reformulações que repetem, recusam e transformam outras formulações. Essa memória não se confunde com a memória psicológica de um indivíduo em particular, mas está em um enunciado que esteja inscrito na história (Maingueneau, 1993: 115). Sendo assim, um conjunto de enunciados pertencentes a uma determinada formação discursiva representa um discurso constituído inseparavelmente a esta formação discursiva.

Segundo Maingueneau (1993), “os enunciados se colocam na intersecção de dois eixos: o “vertical”, do pré-construído, do domínio de memória e o “horizontal”, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo. O “domínio de memória” representa o interdiscurso como instância de construção de um discurso transverso”.

Ao parafrasear, o sujeito enunciator desloca o sentido a partir de um discurso-fonte, através de argumentação discursiva, reformulações, onde o sentido do texto-fonte é decodificado, “reconstituído pelo sujeito e não é jamais reproduzido idêntico, mas sempre re – re – constituição” (Fuchs, 1982: 30). A paráfrase é, pois, uma atividade de reformulação, através da qual se restitui o sentido de um discurso já produzido.

2. O Discurso

O discurso possui um enunciado de base que contém a proposta de ação do movimento ou a posição que o sujeito deverá assumir numa dada situação. A esse enunciado de base serão agrupadas suas paráfrases e, na medida do possível, procuramos buscar no eixo vertical quais os elementos que o MST parafraseia.

Esse discurso, e seu enunciado de base compõe parte do repertório discursivo do MST. O discurso de Reforma Agrária merecerá nossa atenção, pelo fato de ser ele, a razão da existência do MST, quando atribui a terra o sentido de função social.

2.1. Discurso de Reforma Agrária

O discurso de Reforma Agrária não é um discurso separado dos outros. Se o destacamos aqui é em virtude da sua importância para o MST. Esse discurso é, praticamente, a razão da existência do movimento. O discurso de Reforma Agrária torna possível os objetivos do MST, quando atribui um outro sentido a terra, o de função social, ou seja, torna possível a materialização de suas lutas e ações para fazer reforma agrária.

Podemos afirmar que o discurso de Reforma Agrária tem como referente a terra. Portanto, esse discurso é a justificativa, a evidência cabal da existência do MST.

Segundo a Constituição Federal em seu Capítulo III, Artigo 184 “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária”. Assim, podemos considerar que o discurso de Reforma Agrária implica uma questão de cidadania, que se refere a divisão de terra com sentido de função social, como em “(14): ‘Terra só para quem nela trabalha e dela precisa sobreviver’” (Rodrigues, 2001: 125).

Portanto, pode-se afirmar, em certo sentido, que o discurso de Reforma Agrária se refere à existência do MST no seio de movimentos populares. Assim, o discurso de Reforma Agrária configura os agricultores sem terra, diferenciando-os dos demais, por ser um movimento que participa atuante do universo político vigente.

O enunciado (3), “reforma agrária uma luta de todos”, é considerado aqui o enunciado de base do discurso de Reforma Agrária. Ele estabelece relações interdiscursivas com os discursos de outros movimentos revolucionários – cubano, russo, chinês -, marcados historicamente, na medida em que, para o MST, seus implícitos apontam que sem luta armada, de alguma forma, não se faz reforma agrária.

Assim, no enunciado de base do discurso de Reforma Agrária, num primeiro momento, podemos inferir que: se a reforma agrária é uma bandeira de luta, isto se dá porque o governo não faz reforma agrária como deveria ser feito, na perspectiva do MST.

Sendo assim, (3) pode ser parafraseado como: a questão da terra no Brasil é uma luta histórica; o problema do campo brasileiro é, também, o latifúndio; os trabalhadores rurais querem terra para trabalhar; queremos mudar a realidade do campo brasileiro; a reforma agrária é um grave problema social; os agricultores querem terra para poder plantar para sobreviver etc.. Já em um segundo momento, abordamos a questão de que sem luta armada não se faz reforma agrária.

O enunciado de base é, ainda, uma posição ideológica do MST. Podemos observar que essa posição se relaciona com os discursos de outros movimentos populares, na medida em que se instaura em determinada situação e momento histórico, cabendo assim, outros sentidos.

Dessa maneira, o discurso de Reforma Agrária pode ser considerado como uma ampla parafraseagem, interdiscursividade e dialogismo (Bakhtin, 1986) com outros discursos revolucionários, na medida em que o MST reelaborou sua posição enunciativa, fazendo assim, com que isso ampliase sua atuação política e social, além de projetá-lo num campo discursivo histórico.

O enunciado de base (3) “reforma agrária uma luta de todos”, conclama todos os trabalhadores sem terra ou não, do campo ou da cidade, os explorados e excluídos da terra, a participarem dessa luta, pois a reforma agrária é problema de todos; e é, ainda, parafraseado no interior do discurso do MST, onde cada enunciado acrescenta um novo elemento, podendo provocar alterações de sentidos, o que efetiva a tensão entre o mesmo e o outro.

Para o MST, a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico. Para ela avançar, é necessário que toda a sociedade a “abraçe” como uma luta legítima dos sem terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade. Daí então o significado desse enunciado de base (3): “reforma agrária uma luta de todos”.

2.1.1. Enunciados, Paráfrases e Interdiscursividade

(3) “Reforma Agrária uma luta de todos” (RST nº 1, 1997);¹

(1) “A nossa luta pela reforma agrária” (RST nº 1, 1997);

(2) “Esta é uma causa dos que lidam diretamente com a terra” (RST nº 1, 1997);

(8) “É preciso avançar para o que acreditamos ser a peregrinação do homem sobre a terra” (RST nº 2, 1997);

(9) “A busca do bem-estar de todos de forma solidária e fraterna” (RST nº 2, 1997);

(10) “A tecnologia a serviço de todos” (RST nº 2, 1997);

(19) “Grandes encontros que discutiram a democratização da terra” (RST nº 8, 1999).

Os enunciados mantêm relações parafrásticas entre si, pois articula a proposição de que a reforma agrária é um problema social não só dos sem terra. No enunciado (1), “a nossa luta pela reforma agrária”, devemos observar a atual conjuntura da reforma agrária. Segundo Stédile (1999: 159), “há uma confusão entre reforma agrária e política de assentamentos. Fazer assentamentos de famílias sem terra não significa necessariamente fazer reforma agrária. Para José Gomes da Silva, a essência da reforma agrária é a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a democratização da estrutura fundiária.”

Fazer assentamentos – enquanto “luta” - de algumas famílias não é democratizar a estrutura fundiária. Portanto, o que vemos acontecer no Brasil atual, é uma política de assentamentos, onde o governo sem alternativa, pressionado pelos movimentos sociais, consegue algumas áreas e faz os assentamentos de famílias. Isso é uma política de assistência social para o governo se livrar momentaneamente dos sem terra e protelar o problema da concentração de terra no Brasil.

O Movimento refere-se a reforma agrária como um ideal,

¹ Doravante iremos representar a Revista Sem Terra por RST.

uma bandeira para um determinado grupo social que tem um sentido histórico, um projeto de vida a denunciar uma situação em que a terra não é mais questão de confronto.

Ainda segundo Stédile (idem, p. 163), a política de assentamentos é um resultado do confronto da luta de classes. Os assentamentos são, ainda, conquistas, verdadeiras áreas liberadas que foram conquistadas pelos trabalhadores.

O MST considera que o Brasil enfrenta um grave problema agrário, que é a concentração da propriedade da terra, que somente será resolvido com um amplo trabalho de desapropriações de terra, de forma rápida e regionalizada.

Podemos afirmar, portanto, que o MST luta contra três cercas: a do latifúndio, mais fácil de derrubar, é só ocupar; a do capital, de mais difícil acesso, na construção de agroindústrias; e a cerca da ignorância. Essa é a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

Em (2) “esta é uma causa dos que lidam diretamente com a terra”, vemos implícito que o movimento exclui aqueles que não trabalham com a terra, refere-se somente aos trabalhadores rurais. No entanto, temos um enunciado que marca o lugar da enunciação e seus sujeitos em um momento histórico e social.

O enunciado (8), “é preciso avançar para o que acreditamos ser a peregrinação do homem sobre a terra”, poderá ser comparado, a um trabalho de interdiscursividade por paráfrase em que a terra significa dor, sofrimento, lugar etc., com o discurso religioso – bíblia - em que o Senhor diz a Josué, filho de Nun, assistente de Moisés: “Passa o Jordão, tu e todo o povo e entra na terra que te dou aos filhos de Israel” (Livro de Josué, versículo 2, p. 259). A partir daí, Josué partiu com o povo numa longa peregrinação até chegar à terra prometida. Houve lutas e batalhas, comparável a luta do MST pela terra.

Em (9), “a busca do bem estar de todos de forma solidária e fraterna”, estão outros sentidos. Denuncia que a luta dos sem terra busca justiça social para uma parcela social que está excluída de

um direito elementar prescrito na constituição federal como ideal que, no entanto, não é para todos.

Para Stédile (1999: 123), o segundo desafio do MST é o exercício intensivo da solidariedade com a sociedade. Essa solidariedade deve ocorrer em coisas práticas, como, por exemplo, estabelecer um banco de doadores de sangue para os hospitais públicos das cidades próximas aos assentamentos. Os integrantes do movimento são os primeiros voluntários a prestar ajuda em caso de acidentes, enchentes, temporais etc..

O MST já desenvolve, na área de produção, um tipo de solidariedade, como lavouras comunitárias. Assim, não estarão resolvendo o problema elementar, mas, pelo menos, estarão amenizando e dando uma demonstração de integração social com estas instituições. “Como o assentamento é fruto da cidade, estamos retribuindo esta solidariedade” (idem).

O enunciado (10), “a tecnologia a serviço de todos”, nos leva a ver a estimulação que o Movimento dá à implantação de fábricas que produzam o que o povo precisa: eletrodomésticos transportes coletivos, tratores, ferramentas para a agricultura..., para atender as necessidades de “todos”. Cada família deve ter iguais direitos, ter todas as coisas básicas que precisa dentro de casa. O estado precisa garantir que a tecnologia seja utilizada para o bem geral da nação, a serviço de todos e não somente para dez por cento da população. Vejamos um exemplo: na agricultura as melhores terras se dedicam a produtos de exportação, como cana, café, pecuária, cacau, algodão. E milhões de brasileiros passam fome ou comem mal.

Podemos afirmar que o Movimento cresceu na luta pela terra e enfrenta dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, como já mencionamos anteriormente, dentre os objetivos estratégicos do MST, está a luta pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E para obtenção desses objetivos é necessário começar pelo meio rural, começar pela distribuição da propriedade da terra.

Em (19) “grandes encontros que discutiram a

democratização da terra”, como mostramos anteriormente, é necessário democratizar a terra, o que já foi feito em países capitalistas como EUA, Japão etc. Democratizar a terra é torná-la fonte de emprego, justiça social, alimentos e renda. É também necessário democratizar o poder, ponto nevrálgico de resistência e dominação históricas, pois nas áreas rurais quem tem a terra tem o poder. A democratização cria condições para que as pessoas saiam da pobreza e se amenizem as desigualdades sociais.

É espantoso o grau de concentração de terra: menos de 1% dos proprietários (que têm latifúndios de mais de mil hectares) controlam 44% da terra agricultável do país, enquanto 53% (que tem propriedades de menos de dez hectares) controlam menos de 3%. Não estão computados os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que são milhões. Bancos, empreiteiras e grandes grupos industriais, todos sem vocação agrícola, têm milhões de hectares. Essa alta concentração resulta em um baixo uso da terra: na média brasileira, estão ocupados com lavouras apenas 14% das áreas agricultáveis (Cartilha – consulta popular nº 10, p. 31-2).

3. Considerações Finais

A partir das considerações expostas acima, podemos afirmar que o discurso de Reforma Agrária configura os agricultores sem terra, diferenciando-os dos demais, por ser um movimento que participa atuante do universo político vigente.

Constatamos que a luta pela reforma agrária não pode ser mais ignorada, com a existência do MST nesta virada de século. A luta do Movimento é por terra, no entanto, requer mudanças sociais e estruturais que se opõe ao plano neoliberal de FHC e, também, mudanças no modelo econômico. Para a reforma agrária avançar, é necessário que toda a sociedade a “abraçe” como uma luta legítima dos sem terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BÍBLIA SAGRADA. 5. ed. São Paulo: Claretiana, 1959.
- CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério da Educação e Cultura-MEC, 1988.
- Consulta popular. *O que é alterar o sistema de poder?* São Paulo. Cartilha nº 10. p. 31-34, junho 2000.
- COURTINE, Jean-Jacques. Le tissu de la mémoire: quelques perspective de travail historique dans les science du langage. In: *Langage, mémoire, histoire*, 114, juin, 1995. Larousse.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 1995.
- FUCHS, Catherine. *A paráfrase, entre o discurso e a língua*. In: *Langage François*, nº 53, Février, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do discurso*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma afirmação do óbvio*. Campinas: editora da UNICAMP, 1988.
- RODRIGUES, Marlon L. *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*. Três Lagoas, 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.